

os antecedentes do fato são páginas negras da biografia de Bolívar: indecisão, traição mesmo. A entrega de Miranda às autoridades espanholas e o propósito deliberado de passar-se para o campo espanhol, abjurando a causa venezuelana, são traços do estado de espírito do Libertador naquela hora sombria da história da América. Uma pretensão contrariada devolveu-o ao campo americano. Mera questão de economia privada — a confiscação de seus bens afirmada por Heredia e positivada por Madariaga.

Para o biógrafo de Bolívar, o Libertador tem seus olhos postos em Napoleão cujas atitudes procura reproduzir embora reaja psicologicamente ante a possibilidade de lhe desvendarem a tendência para a imitação. Se em alguns aspectos consegue o seu objetivo, é especialmente na tática militar que realiza integralmente o seu desideratum: rapidez e decisão vão ser os caracteres de suas campanhas ousadas e fulminantes, movidas por uma inteligência extraordinária que o Autor põe em relêvo. Nem tampouco lhe nega a segurança de um estadista maduro quando tinha apenas 30 anos.

Mas ao lado das virtudes caminham as imperfeições: a par da decisão, a falsidade; junto da maturidade política, a malícia, a vaidade, a ambição ilimitada.

Na interpretação das paixões que dominam a Bolívar, Madariaga atua com aquela excepcional argúcia e lógica de raciocínio que lhe advêm, por certo, mais da experiência do diplomata que da habilidade do historiador. Assim, na determinação de uma das arestas mais salientes do caráter de Bolívar que escaparam a muitos de seus biógrafos — a tendência para um aparente desprendimento pelo mando, um falso espírito de renúncia ao poder que, antes, mais o consolidavam na direção das repúblicas que libertou e das quais alijou todos aqueles que pudessem ser obstáculos aos seus anseios. É possível mesmo que o primeiro e único fracasso nessa política tenha influido na aceleração de sua morte. A ambição do poder desviava-lhe, então, as vistas do cenário americano para voltê-las para a Europa e, até mesmo, para a Santa Aliança.

A miragem napoleônica condú-lo à aspiração do trôno para si ou quiçá para um príncipe europeu: a massa de documentos arrolados por Madariaga para sustentar a sua tese, não deixa dúvida sobre o assunto.

A farta documentação de que se serviu Madariaga e seu forte espírito crítico conduziram a um severo julgamento de Bolívar cujas contradições não escaparam ao arguto analista. Bolívar sai das páginas de Madariaga desfigurado por um julgamento impar que apenas a época e as condições atuais dos estudos históricos permitiram em tôda sua plenitude. Arrasta o peso de suas paixões que, se não lhe roubam a glória das realizações dadas as consequências que delas redundaram para a independência americana, modificam, entretanto, a auréola de que se revestiram.

O Homem se sobrepõe ao Herói.

Esta a realidade que nem sempre se acomoda às nossas convicções históricas, porque a Verdade deforma a visão do ideal, do lendário, da tradição tão cara à nossa sentimentalidade.

ROZENDO SAMPAIO GARCIA.

CABRAL (Oswaldo R.). — *Os Açorianos*. Florianópolis, 1951. 110 p. — *Os Juizes de Fora*. Florianópolis, 1950. 112 p.

As duas monografias que o sr. Oswaldo R. Cabral escreveu a propósito do centenário da colonização açoriana em Santa Catarina — *Os Açorianos* e *Os Juizes de Fora*, constituem excelente contribuição para o conhecimento da história daquele estado meridional. Aliás, tôda a obra do historiador catarinense traduz, em suma, o mais acendrado devotamento ao passado de seu torrão. Seus trabalhos, principalmente *Santa Catarina* (na Coleção "Brasileira"), *Laguna* e *Os jesuítas em Santa Catarina* podem ser arrolados entre os melho-

res estudos de história regional aparecidos em nosso país e só lamentamos que outras unidades da federação não tenham encontrado o historiador capaz de traçar-lhes a síntese histórica com a segurança e o espírito de compreensão com que o historiador "barriga verde" escreveu o referido volume da Coleção Brasileira. E — o que é digno de aplauso — sem cair nos velhos processos da simples crônica histórica, de valor informativo, sem dúvida, mas inteiramente fora do que exige a historiografia moderna.

Aos trabalhos citados, cumpre acrescentar as duas monografias há pouco editadas. A primeira, sobretudo, versa um dos mais interessantes temas da história social e econômica do sul do Brasil, qual seja a colonização açoriana em Santa Catarina, estabelecida em 1747 e que representou, portanto, a primeira tentativa de trabalho livre no país. Há assuntos empolgantes, nesse domínio da colonização estrangeira: açorianos em Santa Catarina... suíços em Friburgo... alemães no Espírito Santo, em Campinas, em Santo Amaro... americanos em Santa Bárbara... Todos eles à espera do historiador capaz, não apenas de esboçar-lhes a crônica, mas de traçar-lhes a história social e econômica, salientando, principalmente, o problema das influências racial, social, técnica e cultural. Campo excelente, tanto para o historiador, como para o sociólogo...

A não ser alguns trabalhos recentemente editados sobre a colonização alemã no vale do Itajaí, pouco se conhece, na realidade, sobre essas tentativas de colonização, muitas delas fracassadas e quase sempre por culpa da desorientação com que o problema foi atacado. Assim também em relação aos açorianos. Oswaldo Cabral procura reduzir às justas proporções a idéia bastante generalizada de que a colonização açoriana fracassou pelas constantes sangrias que o recrutamento militar causou entre os colonos, por ocasião das guerras na segunda metade do século XVIII. Sem negar que este fator teve sua parte, o A. vê, todavia, causas mais profundas, ligadas àquela mesma desorientação que já conhecemos em Friburgo. O recrutamento de colonos, nem sempre em condições para o trabalho agrícola, o desajustamento em que ficaram na colônia, levando-os ao abandono das terras e à vida parasitária nas cidades, a política oficial, nem sempre favorável ao desenvolvimento econômico da colônia, não poderiam ter conduzido a resultados diferentes. A influência do açoriano, porém, ficou. É esta influência que o A. salienta no último capítulo de seu trabalho, chegando a conclusões que valem a pena ser transcritas:

"O açoriano foi o elemento básico da sociedade catarinense. Recebeu e conservou a língua, a religião, o sentimento pátrio, os costumes dos antepassados, muitos dos quais ainda perduram, vivos, entre o povo catarinense.

Ainda hoje se encontra a diversidade do destino que marcou as duas frações em que se dividiu a gente ilhoa que veio de 1748 a 1756 — a parte fracassada, economicamente nula e socialmente estacionária, a que ficou ligada à terra, nela empregando os mesmos processos rotineiros dos séculos passados; e a parte evoluída, economicamente sadia, socialmente estruturada, que encontrou noutros campos de atividade a prosperidade e o adiantamento ambicionados.

O fracasso da primeira, entretanto, não representa o fracasso de toda a tentativa, nem representa a falência do seu espírito. Porque são a contribuição da alma açoriana, da civilização lusa que ela legou aos descendentes dos povoadores, o espírito da sociedade, as linhas mestras do complexo social de Santa Catarina.

Grandes e numerosas famílias, ilustres e destacadas, têm as suas origens nos destes troncos vindos do arquipélago. São os descendentes daquela gente que, "tecendo a trama dos nossos destinos, deu à pátria, à religião, às ciências, às letras, tantas figuras altas e nobres de soldados e marinheiros, de padres e irmãos leigos, de médicos e juristas, de políticos e estadistas, de poetas e historiadores". (Carlos da Costa Pereira).

O açoriano venceu pela sua descendência.

Venceu o meio, venceu a ação desclassificadora dos fatores contrários à sua índole, que quase o levaram à ruína e ao fracasso. E, amando a pátria, que acolheu os velhos troncos, elevou-a, impondo, como sinal da sua capacidade, as tendências do seu sangue e da sua alma, as mesmas que perduram e dominam ainda hoje, como marco indestrutível da sua vitória, no panorama social de Santa Catarina."

A segunda monografia — **Os Juizes de Fora**, contém subsidios valiosos para a história politica e administrativa de Santa Catarina, particularmente de sua capital, a antiga Nossa Senhora do Destêrro, fundada por Dias Velho no início do século XVII, no primeiro movimento paulista de expansão para o sul. O trabalho compreende a crônica do Destêrro, desde a chegada do primeiro juiz de fora, Francisco Lourenço de Almeida, em 1812, até a independência, em 1822.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

ANAIIS DO MUSEU PAULISTA — Tomo XIV. São Paulo, 1950. 488 p.

Os **Anais do Museu Paulista**, criados em 1922 pelo Dr. Afonso de E. Taunay, então diretor da prestigiosa instituição do Ipiranga, destinados a ser órgão da Secção de História daquele Museu, impuseram-se desde logo como uma das mais importantes publicações históricas do país. Nos seus tomos volumosos foram publicados quase todos os trabalhos do preclaro historiador das bandeiras sôbre a história de São Paulo, além de valiosíssima documentação arquivada de procedência espanhola.

Assumindo a direção do Museu em 1946, procurou o Dr. Sérgio Buarque de Holanda continuar o mesmo programa de publicações, e se mais tomos dos **Anais** não foram editados até agora, deve isto ser atribuído exclusivamente a dificuldades de ordem econômica e não a desinterêsse por parte do diretor da Instituição e de seus dignos auxiliares.

O último volume que temos em mãos, o décimo quarto, reúne os seguintes trabalhos: "A Câmara dos Deputados sob o Império", de Afonso de E. Taunay; "Memória sôbre a viagem do pórtro de Santos a Cuiabá", de Luiz d'Alincourt; "Recenseamentos coloniais", de Tito Lívio Ferreira e "São Paulo: raízes oitocentistas da Metrópole", de Richard M. Morse.

O trabalho de Taunay, que abrange mais da metade do volume, contém valiosas informações sôbre a vida politica do Império, e foi elaborado nos mesmos moldes de outro trabalho do autor, sôbre o Senado, publicado em 1942, pela Livraria Martins. O trabalho de Tito Lívio Ferreira refere-se à vila de Lages, no período de 1775 a 1794 e transcreve os mapas de população relativos a êsse período; precede-os uma "nota prévia" sôbre os recenseamentos realizados durante o governo do Morgado de Mateus.

Documento dos mais valiosos é a relação da viagem de Santos a Cuiabá, realizada por Luiz d'Alincourt, em 1818, publicada pela primeira vez em 1830 na Tipografia Imperial, e reproduzida neste volume dos **Anais** (pgs. 253-382). Luiz d'Alincourt nasceu em Oeiras (Portugal) aos 17 de fevereiro de 1787. Praça de artilharia em 1799, veio para o Brasil em 1809, como segundo-tenente. Engenheiro pela Academia Militar, teve numerosas comissões importantes na Bahia (1816), em Pernambuco (1818), em Mato Grosso (1822-1830) e no Espírito Santo (1831), onde faleceu. Publicou diversas monografias, seis das quais estão impressas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O mais importante dos seus trabalhos é esta "Memória" sôbre a viagem a Mato Grosso. Publicada em 1830, não mais se reeditou, até agora quando Sérgio Buarque de Holanda teve a feliz idéia de incluí-la no tomo XIV dos **Anais do Museu Paulista**. Deve-se lembrar, porém, que Afonso de E. Taunay, considerando justamente o seu caráter de raridade bibliográfica, bem como o